

POLÍTICA E RELIGIÃO NO GOVERNO BOLSONARO: PRÁTICAS DE GOVERNAMENTALIDADE E MANEIRAS DE RESISTÊNCIA

Osorio Vieira Borges Junior¹

RESUMO

Este ensaio busca analisar as práticas de governamentalidade adotadas durante o governo Bolsonaro e examinar as formas de resistência empregadas por grupos minoritários e culturais. Ao explorar a fusão entre valores religiosos e princípios estatais, destacamos a instrumentalização dos preceitos evangélicos nas políticas governamentais, comprometendo a neutralidade e a promoção efetiva dos direitos humanos. O fenômeno, conforme discutido, reflete uma espécie de "política cultural" que busca modificar comportamentos com base em princípios específicos, como exemplificado pelo lema "Deus, Pátria e Família". A imposição de uma visão única e hegemônica sobre a cultura resultou na marginalização de expressões diversas e na supressão de perspectivas plurais. Neste contexto, Michel de Certeau fornece *insights* sobre a prática e teoria da cultura, destacando a importância de se renunciar à pretensão de impor generalidades que eliminem outras existências.

PALAVRAS-CHAVE: Religião. Política. Cultura. Bolsonaro. Resistências.

POLITICS AND RELIGION IN THE BOLSONARO GOVERNMENT: PRACTICES OF GOVERNMENTALITY AND MODES OF RESISTANCE

ABSTRACT

This essay seeks to analyze the practices of governmentality adopted during the Bolsonaro government and examine the forms of resistance employed by minority and cultural groups. By exploring the fusion between religious values and state principles, we highlight the instrumentalization of evangelical precepts in government policies, compromising neutrality and the effective promotion of human rights. The phenomenon, as discussed, reflects a kind of "cultural politics" that seeks to modify behaviors based on specific principles, as exemplified by the motto "God, Country, and Family". The imposition of a singular and hegemonic view on culture has resulted in the marginalization of diverse expressions and the suppression of plural perspectives. In this context, Michel de Certeau provides insights into the practice and theory of culture, emphasizing the importance of renouncing the pretense of imposing generalities that eliminate other existences.

KEYWORDS: Religion. Politics. Culture. Bolsonaro Resistance.

¹ Mestrando em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: juniorvieira.osorio@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O período do governo Jair Bolsonaro no Brasil marcou uma série de transformações significativas na interseção entre política, religião e cultura. A desestruturação do Ministério da Cultura e a aproximação proeminente com grupos evangélicos delinearão uma dinâmica complexa que impactou diretamente as políticas públicas, os direitos humanos e a liberdade cultural. A busca do governo Bolsonaro por um "totalitarismo cultural" fundamentado em valores arbitrários e moralistas é evidenciada pela desconsideração à diversidade cultural e pela imposição de uma narrativa restrita.

O entrelaçamento entre política e religião, amplificado pelo governo, destaca-se como um fenômeno complexo que remonta à formação republicana do Brasil. A análise de Hannah Arendt sobre a interdependência entre Estado e Igreja durante os séculos XVI e XVII lança luz sobre essa dinâmica, ressaltando a dificuldade intrínseca em delimitar claramente os domínios religioso e estatal.

Neste ensaio, abordaremos as práticas culturais como mecanismos de resistência durante o governo Bolsonaro. A extinção do Ministério da Cultura, os cortes orçamentários e a censura cultural impulsionaram esses grupos a se tornarem agentes ativos na preservação da liberdade criativa e na promoção de diálogos críticos. A resistência artística, manifestada por meio de expressões desafiadoras das narrativas hegemônicas, tornou-se crucial para contrabalançar as políticas culturais restritivas e defender a diversidade cultural no país.

Ao analisar essas práticas de resistência, Michel de Certeau oferece uma perspectiva valiosa sobre as táticas adotadas por grupos sociais minoritários em situações de desvantagem. As estratégias criativas empregadas por grupos minoritários não apenas preservaram a diversidade cultural, mas também representaram uma resposta coletiva contra a imposição de uma visão cultural única. Este ensaio busca, assim, compreender e contextualizar as dinâmicas complexas entre política, religião e cultura, destacando tanto os desafios quanto as estratégias de resistência durante o governo Bolsonaro.

2. ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: PRÁTICAS DE GOVERNAMENTALIDADE

Durante os anos do governo Jair Bolsonaro, observou-se uma tendência marcante de desestruturação do Ministério da Cultura, acompanhada da instauração de um ambiente propício à disseminação de sentimentos hostis em relação aos agentes que se dedicaram a promover, de diversas maneiras, os princípios e valores associados à cultura e aos direitos humanos. Este fenômeno é objeto de análise crítica no contexto político contemporâneo, suscitando discussões sobre os impactos nas políticas públicas e no panorama social, bem como seus desdobramentos no que tange à proteção e

promoção dos direitos fundamentais. Simultaneamente a esses eventos, foi possível constatar uma aproximação significativa com grupos evangélicos, tanto antecedendo quanto sucedendo sua eleição em outubro de 2018. A relação entre o Presidente Bolsonaro e esses segmentos tornou-se notável tanto no que concerne à sua interação com a bancada evangélica no Congresso Nacional quanto às aparições do presidente ou membros de sua família em contextos que caracterizam uma personalização política, na tentativa de integrar sua imagem privada à esfera pública. Este fenômeno se manifestou de maneira proeminente quando o presidente participou de eventos em ambientes religiosos, como subir em púlpitos de igrejas ou participar de eventos evangélicos, constituindo uma clara demonstração de proximidade e afinidade política. Essas interações frequentemente estavam relacionadas a temas como o nacionalismo e aos desafios associados à construção de uma pátria distante do espectro comunista.

Nesse sentido, é válido recordar Hannah Arendt, que, ao refletir sobre as esferas pública e privada, considerando o afastamento dos cristãos nos primeiros séculos da política como uma atividade pública, compreendeu que

A esfera privada foi entendida através de toda a Antiguidade greco-romana como única alternativa para o espaço público, sendo que, para a interpretação de ambos os espaços, foi decisiva a oposição entre aquilo que se queria mostrar para todo o mundo e a maneira como se queria aparecer diante de todo o mundo e aquilo que só podia existir em segredo e, por conseguinte, precisava continuar a salvo (Arendt, 2002, p. 59-60).

Nos últimos anos, foi possível constatar a inversão dessa dinâmica na sociedade brasileira, causando o enaltecimento da esfera privada de autoridades e do próprio presidente como instrumento de conservação e estabilização do poder. A representação do indivíduo religioso, praticante de sua fé e orientado por esta, em suas decisões políticas, conferiu ao Presidente Bolsonaro uma espécie de legitimação por parte dos setores interessados, possibilitando a instrumentalização dos direitos humanos em uma perspectiva religiosa. Essa deturpação intrínseca ao próprio conceito de direitos humanos se manifesta em ampla escala ao longo dos anos de seu mandato.

Nesse sentido, é preciso rememorar Michel Foucault, que entende o século XVI como uma marca no início de uma era em que faz sentido pensar a “arte de governar”. Para o autor, algumas questões foram importantes para que o manejo da política se tornasse mais necessário à manutenção do poder. Algumas dessas foram:

Problema do governo de si mesmo - reatualizado, por exemplo, pelo retorno do estoicismo no século XVI; problema do governo das almas e das condutas, tema da pastoral católica e protestante; problema do governo das crianças, problemática

central da pedagogia, que aparece e se desenvolve no século XVI; enfim, problema do governo dos Estados pelos príncipes (Foucault, 1979, p. 277).

A presença constante da religião em discussões relativas ao governo das condutas é uma característica marcante em muitas sociedades, mesmo quando há processos juridicamente formulados de secularização. Este fenômeno persiste devido à capacidade percebida da conexão entre o Estado e a religião em conferir legitimidade às autoridades governamentais diante da sociedade e da classe política, que, por sua vez, permite e deseja a presença de representantes religiosos entre seus membros. Segundo Foucault (1979), as discussões sobre como "se quer ser espiritualmente dirigido para alcançar a salvação" foram catalisadas pela Reforma e pela Contrarreforma. Analogamente, nos anos do governo Bolsonaro, a mesma indagação pode ser suscitada, dado que o presidente não apenas atua como representante político da maioria dos eleitores de 2018 no Brasil, mas também se tornou um símbolo religioso partidário para uma parte significativa dos fiéis evangélicos e neopentecostais no País.

A aceitação e a trivialização da negligência na separação entre a esfera pública e privada religiosa têm raízes históricas na formação republicana do Brasil. É imperativo reconhecer que "os valores cristãos há muito se confundem com a política no Brasil, mesmo após a separação estabelecida em 1890" (Oliveira, 2022, p. 72) por meio do Decreto 119-A de 1890, que aboliu o Padroado, suas instituições e prerrogativas. Essa fusão persistente evidencia uma complexidade intrínseca à relação entre a esfera religiosa e a política, destacando a continuidade da influência dos valores cristãos na dinâmica política brasileira.

Bolsonaro emergiu como um líder capaz de mobilizar não somente eleitores, mas seguidores devotos, destacando-se por uma dinâmica que transcende os limites da política convencional. Uma espécie de messianismo foi estabelecida, no qual o presidente se apresentou como o condutor de seu povo para uma forma de salvação, comprometendo-se a erradicar a corrupção do cenário político nacional e a proteger o País do que era percebido como uma ameaça comunista. A construção dessa imagem heroica, promovida pelo próprio Bolsonaro, exerceu um impacto significativo sobre a camada mais conservadora da sociedade brasileira, notadamente conquistando adeptos entre os evangélicos. A retórica presidencial ressoou de maneira expressiva entre esses grupos, estabelecendo uma proximidade ideológica e prática que consolidou o apoio dos evangélicos. A mensagem veiculada por Bolsonaro alinhou-se com as aspirações e valores dessa parcela da sociedade, estabelecendo um vínculo simbólico fundamentado em um discurso que atendia às expectativas de seus seguidores. Essa interação culminou em uma adesão fervorosa, caracterizada por uma relação de confiança e lealdade,

em que o presidente se transformara em um líder carismático que oferecia uma visão de liderança alinhada aos anseios dos evangélicos.

Tal fração da população, que não apenas expressa aprovação, mas busca ativamente a personificação e destacamento da esfera privada em relação à pública, conferiu sustentação e legitimidade às ações de Bolsonaro durante seu mandato como Presidente da República. Nesse contexto, as reflexões de Foucault nos proporcionam esclarecimentos pertinentes:

A governamentalização do Estado foi o fenômeno que permitiu ao Estado sobreviver. Se o Estado é hoje o que é, é graças a esta governamentalidade, ao mesmo tempo interior e exterior ao Estado. São as táticas de governo que permitem definir a cada instante o que deve ou não competir ao Estado, o que é público ou privado do que é ou não estatal, etc.; portanto o Estado, em sua sobrevivência e em seus limites, deve ser compreendido a partir das táticas gerais da governamentalidade (Foucault, 1979, p. 292).

Se a governamentalização é compreendida como a arte de governar, à qual Foucault se refere como originária dos eventos do século XVI aplicada ao gerenciamento que deve ser realizado entre a esfera privada e a esfera pública, segundo o autor, esse fenômeno que assegura a continuidade do Estado pode igualmente garantir a permanência e legitimidade de um governo.

A aliança entre Bolsonaro e líderes religiosos evangélicos torna-se evidente em suas interações com o Pastor Everaldo, presidente do Partido Social Cristão (PSC), ao qual Bolsonaro estava filiado em 2018, quando obteve a vitória nas eleições presidenciais. Destaca-se também o relacionamento com Romildo Ribeiro Soares, conhecido como Pastor R. R. Soares, a quem Bolsonaro concedeu passaportes diplomáticos em maio de 2022, por intermédio do ministro das Relações Exteriores, Carlos Alberto Franco França, conforme publicado no Diário Oficial da União, sem explicações claras sobre a relevância nacional para tal concessão. Outra manifestação dessa aliança é observada na relação com Valdemiro Santiago, na presença de Bolsonaro em diversas ocasiões, como na inauguração de uma igreja evangélica em Belo Horizonte durante um evento referente à campanha do segundo turno das eleições presidenciais de 2022. Nesse contexto, ambos estiveram acompanhados pelo governador de Minas Gerais, Romeu Zema. Notavelmente, Valdemiro Santiago vestia uma indumentária verde e amarela, simbolizando patriotismo, e manifestava apoio político a Bolsonaro. Estes exemplos são representativos de uma série de interações que evidenciam a estreita colaboração entre Bolsonaro e líderes religiosos evangélicos

Não se busca, mediante os exemplos mencionados, estabelecer uma relação direta entre Bolsonaro e os evangélicos de maneira generalizada, pois essa parcela da população brasileira apresenta

uma diversidade de igrejas, compreensões e doutrinas, impossibilitando a atribuição de um apoio unânime ao presidente Bolsonaro por todos os fiéis evangélicos. Nesse contexto, é relevante recordar a perspectiva de Antônio Benatte, que reconhece a necessidade de "nunca partir da ideia de uma cultura religiosa homogênea ou homogeneizadora dos comportamentos, atitudes e valores: mesmo os cânones e dogmas não impossibilitam uma epiqueia pessoal" (Benatte, 2014, p. 70).

Portanto, a proposta não visa à homogeneização de um suposto comportamento evangélico, mas sim evidenciar que lideranças respaldadas por uma parte significativa dos seguidores dessas religiões contribuíram para o êxito das práticas de governamentalidade adotadas pelo presidente Bolsonaro. Essas lideranças auxiliaram na amalgamação arbitrária entre a esfera pública e privada, garantindo a legitimação do presidente no poder e de suas práticas. Nesse sentido, "são as táticas de governo que permitem definir a cada instante o que deve ou não competir ao Estado, o que é público ou privado, o que é ou não estatal, etc.; portanto, o Estado, em sua sobrevivência e em seus limites, deve ser compreendido a partir das táticas gerais da governamentalidade" (Foucault, 1979, p. 292). Desta forma, a fusão indiscriminada entre o público e o privado, especialmente no âmbito religioso, não foi apenas uma escolha pessoal de Bolsonaro, mas uma decisão institucional de seu governo, devendo ser interpretada como tal.

Não se objetiva, por meio desta análise, demonizar ou categorizar como intrinsecamente equivocada a relação entre agentes políticos e religiosos. É pertinente recordar as reflexões de Hannah Arendt ao contemplar a interação entre o Estado e a Igreja nos anos subsequentes à Reforma e à Contrarreforma, quando ela estabeleceu que

A Igreja precisa da política e, na verdade, tanto da política mundana dos poderes seculares como da própria política religiosa ligada ao âmbito eclesiástico, para poder manter-se e armar-se na terra e neste mundo do lado de cá — enquanto Igreja visível, ou seja, ao contrário da invisível cuja existência apenas acreditada continuou sem ser molestada, em absoluto, pela política. A política precisava da Igreja - não apenas da religião, mas sim da existência espacial palpável das instituições religiosas -, a fim de provar sua razão de ser mais elevada, por causa de sua legitimação. O que mudou com o despontar dos tempos modernos não foi uma modificação de função da coisa política; não é como se, de repente, à política fosse adjudicada uma nova dignidade própria só dela. O que mudou foram, pelo contrário, os âmbitos pelos quais a política parecia ser necessária (Arendt, 2002, p.62).

Ao apontar a dependência entre o Estado e a Igreja, Hannah Arendt não estava a sugerir uma aliança formal entre ambas, mas sim reconhecer a complexidade intrínseca na delimitação clara entre os domínios religioso e estatal. Essa complexidade é acentuada pela histórica e profunda participação da religião na vida privada das pessoas, notadamente durante os anos da Idade Média. Durante esse

período, o cristianismo não apenas permeava as esferas públicas e privadas, mas também recebia apoio explícito de autoridades públicas para fazê-lo. O entrelaçamento prolongado entre o religioso e o político distorceu gradualmente os limites tradicionalmente estabelecidos. A participação ativa da religião na esfera privada, combinada com o endosso oficial por parte das autoridades, resultou em uma sobreposição de papéis que perdurou ao longo do tempo. O resultado foi a turvação dos limites entre atividades religiosas e políticas, tornando desafiador distinguir claramente um espaço exclusivo para cada uma delas em situações específicas.

Dessa forma, a análise de Arendt ressalta a dificuldade inerente à tarefa de estabelecer fronteiras nítidas entre a esfera religiosa e a esfera estatal. Pensando nisso, é possível entender que demonizar a relação entre Igreja e Estado de forma genérica é uma abordagem pouco produtiva e simplista. No entanto, no contexto do bolsonarismo e dos evangélicos, propõe-se uma análise mais específica, reconhecendo que essa relação ultrapassa um limite razoável entre uma igreja e o Estado. Isso se deve ao fato de que, a partir dessa interação, ocorreu a instrumentalização do enfraquecimento da defesa dos direitos humanos e a renúncia em promovê-los, uma vez que os princípios evangélicos foram incorporados como princípios do próprio Estado.

Dessa forma, a crítica direcionada a essa relação específica não implica a generalização do tema, mas sim a identificação de um contexto em que os limites adequados entre Igreja e Estado foram ultrapassados, resultando em implicações negativas para a salvaguarda e promoção dos direitos humanos.

3. PRÁTICAS CULTURAIS COMO MECANISMOS DE RESISTÊNCIA

A relação entre o bolsonarismo e os evangélicos transcende os limites aceitáveis de cooperação entre instituições distintas, implicando uma fusão prejudicial entre os valores religiosos e os princípios fundamentais que regem o Estado. O resultado desse entrelaçamento é a instrumentalização de preceitos evangélicos como orientações normativas para as políticas governamentais, comprometendo, assim, a neutralidade e a promoção efetiva dos direitos humanos e da cultura, promovendo uma espécie do que Michel de Certeau chamou de “política cultural”, ou seja: “um conjunto mais ou menos coerente de objetivos, de meios e de ações que visam à modificação de comportamentos, segundo princípios ou critérios explícitos” (Certeau, 2012, p. 195).

A política cultural desvinculada da valorização da alteridade e da disposição em compreender as diversas formas de produção cultural, bem como seus distintos modos de utilização, pode resultar

em arbitrariedade. Essa situação é exacerbada quando a simplificação da cultura é promovida por um líder governamental, como ocorreu no caso de Jair Bolsonaro, que agiu de maneira contrária e desconsiderou a importância da cultura ao longo de seu mandato. Diante disso, faz-se importante lembrar Certeau:

A prática e a teoria da cultura ascendem à honradez quando renunciamos à pretensão de superar por generalidades o fosso que separa os lugares onde se enuncia uma vivência. Do saber científico, quando exclusivo, até os discursos medíocres sobre os “valores” ou sobre humanismo, há milhares de maneiras de eliminar outras existências. Elas têm como característica comum a vontade de instaurar a unidade, isto é, um totalitarismo (Certeau, 2012, p. 241).

O anseio por estabelecer um totalitarismo cultural, fundamentado em discursos e práticas que promovem valores de natureza arbitrária e moralista, manifestou-se como um claro intento do governo Bolsonaro. A adoção do mantra "Deus, Pátria e Família" pelo governo evidencia a intenção explícita de deslegitimar outras abordagens culturais, desconsiderando formas divergentes de produção e utilização da cultura. Ao enfatizar valores específicos, ancorados em uma interpretação particular de moralidade e nacionalismo, o governo Bolsonaro buscou impor uma visão única e hegemônica sobre o que seria culturalmente aceitável. Essa abordagem, no entanto, resultou na marginalização e deslegitimação de expressões culturais diversas, contribuindo para a supressão de perspectivas plurais e para a imposição de uma narrativa cultural restrita.

A instrumentalização do lema "Deus, Pátria e Família" não apenas reflete a imposição de valores culturais específicos, mas também sinaliza um esforço em consolidar um controle totalitário sobre as manifestações culturais, afinal “a cultura no singular impõe sempre a lei de um poder” (Certeau, 2012, p. 241). Esse enfoque, ao restringir a diversidade cultural e silenciar vozes dissidentes, compromete o princípio fundamental da liberdade cultural e prejudica o desenvolvimento de uma sociedade verdadeiramente plural e inclusiva.

Esse advento, acrescido da intensificação do neoliberalismo no Brasil, que se caracterizou durante o governo Bolsonaro pelo dismantelamento da seguridade social; desrespeito à educação enquanto geradora de cultura; ingerência do Sistema Único de Saúde; e promoção da lógica neoliberal na qual o Estado investe na terceirização do cuidado da população, já que não entende como sua responsabilidade primária, causaram uma marginalização de parte da população e os tornaram agentes do contrário na sociedade brasileira (Andrade, 2021).

Os agentes do contrário, aqui referidos, são indivíduos comuns, homens e mulheres que são agentes ativos de suas próprias narrativas, preocupados em sobreviver ao longo do governo Bolsonaro,

conscientes de sua atuação política ou não. Este cenário deu origem a um embate caracterizado por táticas e estratégias, constituindo "jogos entre o forte e o fraco, e das 'ações' que o fraco pode empreender" (Certeau, 1998, p. 97). Estas são as táticas que grupos sociais minoritários adotaram como formas de resistência durante o governo Bolsonaro.

Segundo a perspectiva de Michel de Certeau, uma tática é uma maneira criativa pela qual os indivíduos consomem e produzem cultura, inventando modos de fazer e utilizar, mesmo que não detenham o controle definido sobre a ordem no sistema ou espaço em que vivem. Nesse contexto, as táticas representam estratégias adaptativas utilizadas por aqueles em situações de desvantagem, oferecendo oportunidades para a expressão de agência e resistência em face de um contexto político adverso. Essas táticas, muitas vezes sutis e adaptativas, tornam-se instrumentos poderosos nas mãos de grupos sociais minoritários para reivindicar sua presença, expressar suas identidades e contrapor-se às imposições hegemônicas.

Durante o governo Bolsonaro, os trabalhadores profissionais da cultura e os artistas emergiram como agentes resilientes de resistência diante da desvalorização e desprezo pela produção cultural. O governo extinguiu o Ministério da Cultura e o transformou numa secretaria vinculada ao Ministério do Turismo; estima-se que os investimentos da União no setor caíram 63% em 2022 com relação a 2018². Temas e assuntos relacionados à produção de cultura nacional se tornam ideológicos, para além de um limite razoável, já que a cultura se tornou o polo oposto do que promovia os “valores” cristãos e conservadores. Em um contexto marcado por cortes orçamentários, censura e hostilidade em relação à diversidade artística, esses grupos se tornaram protagonistas de estratégias criativas para preservar a liberdade criativa e promover diálogos críticos.

Neste ensaio, não temos a intenção de listar diversos modos de resistência contra o governo Bolsonaro, mas sim compreender que esses modos existiram e se configuraram como táticas de sobrevivência em um país onde, por quatro anos, tolerou-se um presidente que promovia valores religiosos como valores nacionais e ignorava as especificidades daqueles a quem deveria governar. Ao categorizarmos essas práticas dessa forma, entendemos o período entre 2018 e 2022, na história política, cultural e social do Brasil, como anos sombrios, difíceis de viver e distantes do mínimo exigido de um país que tem na sua formação a diversidade.

² Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/o-rombo-no-orcamento-da-cultura/>. Acesso em 5 de fevereiro de 2024.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Daniel Pereira; CÔRTEZ, Mariana; ALMEIDA, Silvio. Neoliberalismo autoritário no Brasil. **Caderno CRH**, v. 34, p. 021020, 2021.

ARENDDT, Hannah. **O que é política?** Ursula Ludz (org.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BENATTE, Antonio Paulo. A história cultural das religiões: contribuição a um debate historiográfico. **Missão e pregação: a comunicação religiosa entre a história da igreja e a história da religião**. São Paulo: Fap-Unifesp, 2014.

BRASIL. **Decreto nº 119-A, de 07 de janeiro de 1890**. - Publicação Original. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-119-a-7-janeiro-1890-497484-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 13 de janeiro de 2023.

BRASIL. **Portaria de 24 de abril de 2022**, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF. Publicado em: 25/05/2022 | Edição: 98 | Seção: 1 | Página: 480. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-de-24-de-abril-de-2022-402959060>. Acesso em 13 de janeiro de 2023.

CERTEAU, Michel de. **A Cultura no Plural**, tradução de Enid Abreu Dobransky, 7ª ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

OLIVEIRA, Gustavo de Souza. "A constituição é lá para você?": Estado laico, criminalização religiosa e a predileção à cultura cristã na construção da Primeira República brasileira. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 14, n. 42, p. 69-86, 2022.

Data de submissão: 06/02/2024

Data de aprovação: 01/07/2024